



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA  
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO**

**DOMÊNICA MEDEIROS DO NASCIMENTO**

**O ENSINO MÉDIO NUMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO  
PROFISSIONALIZANTE**

**PATOS – PB**

**2017**

DOMÊNICA MEDEIROS DO NASCIMENTO

O ENSINO MÉDIO NUMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Computação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Campus VII, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Computação.

Orientador: Prof. Ms. Jorge Miguel Lima  
Oliveira

PATOS - PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244e Nascimento, Domênica Medeiros do  
O ensino médio numa perspectiva de formação  
profissionalizante [manuscrito] / Domenica Medeiros Do  
Nascimento. - 2017.  
43 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Computação)  
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e  
Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação: Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira, CCEA".

1. Educação Profissionalizante. 2. Informática. 3.  
Motivação para aprendizagem. 4. Ensino Médio. I. Título.  
21. ed. CDD 378.013

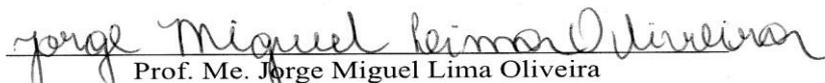
Domênica Medeiros do Nascimento

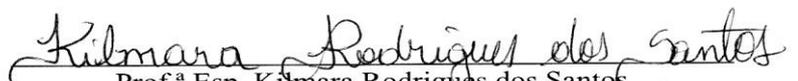
**O ENSINO MÉDIO NUMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE**

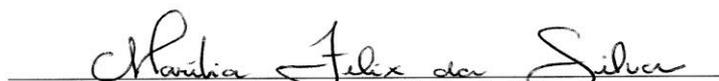
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Licenciatura em Computação da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção do grau  
de Licenciado em Computação

Aprovado em 10 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira  
(Orientador)

  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Kilmara Rodrigues dos Santos  
(Examinadora)

  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Marília Felix da Silva  
(Examinadora)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos de minha vida.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Ao meu orientador Jorge Miguel, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho. Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Agradeço a minha mãe Euridete Medeiros do Nascimento, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai Miguel Medeiros do Nascimento que apesar de todas às dificuldades me fortaleceu que foi muito importante.

Obrigada ao meu irmão Tális pela contribuição valiosa.

Obrigada as minhas tias Gildete e Nanete pelo apoio.

Agradeço aos meus amigos Thamirys, Kamilla, Jacicleide, Simone, Tamires Alves, Maria da Guia, Diogo Freitas, Mailson, Rodolfo, José Guedes, Alisson, companheiros de curso e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

Esta pesquisa possui o objetivo de investigar os motivos pelos quais alguns alunos da rede estadual de ensino buscam uma formação profissionalizante integrada na área de Informática. Em termos metodológicos, este estudo desenvolveu-se seguindo um caminho de campo, empírico e exploratório, onde inicialmente realizou-se um estudo bibliográfico e em seguida aplicou-se um questionário semi-estruturado aplicado aos 38 (trinta e oito) alunos do Ensino Médio matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental Normal Gama e Melo localizada no município de Princesa Isabel-PB. Após reunido os resultados procedeu-se a análise dos mesmos. Assim, constatou-se que a motivação econômica, ou seja, a busca por um bom salário e uma melhor qualificação profissional a fim de adentrarem em melhores empregos, foram os motivos apontados pelos alunos como sendo o motivo pelo qual optaram por cursarem este curso técnico integrado ao Ensino Médio.

**Palavras-Chave:** Educação Profissionalizante. Informática. Motivação. Ensino Médio.

## ABSTRACT

This research aims to investigate the reasons why some students of the state education network seek a professional training integrated in the area of Informatics. In methodological terms, this study was developed following an empirical and exploratory field path, where a bibliographic study was first carried out and then a semi-structured questionnaire applied to 38 (thirty-eight) high school students Enrolled in the Gama e Melo State Normal School of Education located in the municipality of Princesa Isabel-PB. After the results were gathered, the analysis was performed. Thus, it was verified that the economic motivation, that is, the search for a good salary and a better professional qualification in order to enter better jobs, were the reasons pointed out by the students as being the reason why they chose to attend this technical course Integrated to the High School.

**Keywords:** Vocational Education. Computing. Motivation. High school.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01: Resultados obtidos com os alunos participantes do estudo empírico sobre já terem cursado anteriormente algum tipo de curso profissionalizante .....	30.
Gráfico 02: Respostas dos alunos participantes do estudo quando questionados sobre quais os motivos você a escolher curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio.....	31.
Gráfico 03: Respostas dos alunos participantes do estudo quando questionados sobre qual o seu nível de motivação ao cursar o curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio.....	32.
Gráfico 04: Resultados obtidos com os alunos participantes do estudo empírico sobre se os mesmos já pensaram em desistir do curso Profissionalizante de Informática integrado ao Ensino Médio. ....	32.

## **LISTA DE SIGLAS**

CEB – Conselho Educacional Brasileiro

CEFETS – Centros Federais de Tecnologia

CFB – Constituição Federal Brasileira

CNE – Conselho Nacional de Educação

EP – Ensino Profissionalizante

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL</b> .....	11
2.1 O princípio da educação profissional no Brasil.....	11
2.2 Os caminhos da educação profissional no Brasil após a Nova República .....	14
2.3 O trabalho como fundamento na produção social da vida.....	17
2.4 O dever do trabalho no Brasil .....	19
2.5 A industrialização e a educação profissional.....	20
2.6 O ensino médio técnico e seu papel no mundo contemporâneo.....	23
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	27
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	29
4.1 Análise do perfil geral dos alunos participantes do estudo empírico .....	29
4.2 Análise da motivação dos alunos pela a escolha do curso profissionalizante de informática .....	30
4.3 Análise das perspectivas dos alunos ao cursarem o curso profissionalizante de informática integrado ao ensino médio.....	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	38
<b>APÊNDICE A</b> .....	42

## 1 INTRODUÇÃO

O princípio da Educação Profissional no Brasil é remetida aos tempos da colonização europeia, no entanto, foi o período conhecido como Era Vargas, considerado como um marco dos primórdios do capitalismo industrial no Brasil, que se notou que o Estado passou a estabelecer ações voltadas para a educação técnica no país, com o propósito de atender aos propósitos industriais do capital.

A partir da década de 1990 com o surgimento de uma política neoliberalista no Brasil, reformas estruturais na política e na economia, assim como também no âmbito social aconteceram e, foi a partir desta década então que o Estado voltou sua atenção com mais energia para a qualificação profissional por meio da educação.

Assim alterações legais foram feitas no Ensino Médio por meio da LDB de 1996 que passou a preconizar-se no Brasil que o Ensino Médio servirá de base para preparar o aluno para o exercício de profissões técnicas. No ano de 2004 regulamentou-se novamente o Ensino Médio Profissionalizante no país e, por meio do Decreto nº 5.154 passou-se no Brasil a conceder a Educação Profissional de forma integrada ao Ensino Médio.

Com isso entendemos que o Ensino Profissionalizante foi idealizado no Brasil desde a colonização para atender aos propósitos do capitalismo, sendo posteriormente integrado ao ensino médio, qualificando o indivíduo para atuar no mercado de trabalho, objetivo claro e específico do sistema econômico contemporâneo capitalista.

Com base no exposto, o objetivo geral deste estudo concentra-se investigar os motivos pelos quais alguns alunos da rede estadual de ensino buscam uma formação profissionalizante integrada na área de Informática Já os objetivos específicos são: Identificar os motivos pelos quais os alunos optaram por realizarem um curso profissionalizante integrado ao ensino médio; Compreender as perspectivas dos alunos que frequentam o curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio; Discernir quanto às perspectivas dos alunos que frequentam o curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio no que diz respeito à transformação econômica em relação ao contexto em que está inserido; e Analisar os resultados obtidos ao longo do estudo, a fim entender os motivos que levaram os alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Normal Gama e Melo a cursarem um curso profissionalizante.

Expõe-se que este estudo empírico foi conduzido pela seguinte questão para desenvolvimento da pesquisa: “*Quais são os motivos que levam os alunos do ensino médio a optarem por um curso técnico profissionalizante?*”.

Para que este questionamento fosse respondido, seguimos uma metodologia empírica, investigativa e exploratória, onde inicialmente realizamos um estudo bibliográfico e em seguida realizou-se um estudo empírico com alunos do ensino médio que cursam de forma integrada ao ensino médio o curso Profissionalizante de Informática disponível na Escola Estadual de Ensino Fundamental Normal Gama e Melo localizada no município de Princesa Isabel, PB. Com essa metodologia proposta conseguindo compilar dados significantes para responder a problemática deste estudo, alcançando assim os objetivos deste estudo.

No contexto deste estudo, este trabalho justifica-se pela inquietação do pesquisador, que por trabalhar nesse curso como professor e, sabendo a importância que a qualificação profissional tem para o mercado de trabalho, buscou compreender os motivos, as apreensões e as expectativas que os alunos que cursam um curso profissionalizante sentem, e por também considerar que este estudo poderá subsidiar diagnoses futuras que sejam mais abrangentes, a fim de trazer para o meio acadêmico o entendimento acerca da educação profissional no Brasil e como ela se materializa de forma integrada ao ensino médio.

Este estudo está organizado em Considerações Iniciais onde foram apresentados a problemática, a justificativa e os objetivos; o Capítulo I onde referenciou-se bibliograficamente apreensões de fontes secundárias sobre a Educação Profissional no Brasil; o Capítulo II onde foi exposto os caminhos metodológicos seguidos neste estudo; o Capítulo III onde analisaram-se os resultados obtidos no estudo por meio de uma abordagem qualitativa, e onde também se procedeu a discussão desses resultados; e por fim, seguem as Considerações Finais, o Referencial e o Apêndice.

## 2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Neste capítulo buscaremos abordar o que a literatura expõe sobre a Educação Profissional no Brasil, percorrendo estudos que tratem sobre a gênese da Educação Profissional no país desde a Era Vargas, quando o modelo econômico capitalista passou a vigorar no país até a Nova República quando se passou a vigorar no Brasil no país uma política de cunho neoliberal, caracterizada por mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais.

Em seguida buscaremos aprender sobre o papel social do trabalho enquanto fundamento da produção social da vida; as características e mudanças políticas, sociais, públicas e coletivas do trabalho no Brasil; a industrialização relacionada à Educação Profissional; e por fim, qual a influência que ensino médio técnico exerce sobre o mundo contemporâneo.

### 2.1 O princípio da educação profissional no Brasil.

A Educação Profissional é vigente no Brasil, desde os tempos da colonização europeia, e principalmente no período tido como República Velha<sup>1</sup> quando o modelo econômico capitalista passou a ser predominante no país, com o propósito de qualificar os profissionais atuantes nos ramos econômicos, viabilizando assim a ascensão econômica e servindo aos propósitos de Portugal. Isto é, desde seu primórdio a Educação Profissional serve aos propósitos do sistema capitalista.

Marx contribui acerca da influência capitalista para a gênese da educação profissional afirmando que,

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o Capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve a autovalorização do capital. (MARX, 1984, p.105,6)

Foi na chamada “Era Vargas”<sup>2</sup> que a economia brasileira passou a ser voltada à industrialização, e com isso o papel do Estado foi de fomentar o desenvolvimento econômico, usando para isso a educação, que passou então assumir um papel de grande importância nesse

---

<sup>1</sup> Período compreendido entre 1889 e 1930.

processo de ascensão econômica, servindo novamente como ferramenta dos propósitos capitalistas. Cunha (2000) contribui escrevendo que foi com a Era Vargas que se passou a consolidar uma perspectiva da necessidade de um ensino técnico - industrial no Brasil.

Assim durante o governo Vargas, mas precisamente em 1930 quando se criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e neste se constituiu a Inspeção Profissional Técnico para supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices e, com a promulgação da Constituição de 1937, foi que o Brasil passou a criar e especializar escolas industriais e a desenvolver aparato legal para a Educação Profissional. Podemos citar o artigo 129º da Constituição de 1937 a qual faz referência ao ensino profissionalizante e preconiza que,

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.”. (BRASIL, 1937, artigo 120º)

Ainda no ano de 1937 o governo Vargas promulgou a Lei nº378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz em Liceus Profissionais. De acordo com Azevedo; Shiroma; Coan (2012, p.28) a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais tinha por objetivo “[...] irradiar no país o ensino profissional em todos os ramos e graus”.

Assim a partir do governo Vargas o Brasil passou a estabelecer novas condições para a educação profissional, condições essas que se perpetuaram durante o governo Dutra, de acordo com Rodrigues (2007), criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e foram instituídas as Leis Orgânicas do Ensino.

O SENAI foi criado com o objetivo de, conforme descreve Rodrigues (2007, p.165), “[...] organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários [...], e também o ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem”.

Cabe aqui ressaltar que as Leis Orgânicas do Ensino tratava-se de uma legislação que abrangia pontos acerca da educação profissionais tais como: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do

novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL 1942, p.4).

Ainda durante o governo Dutra, no ano de 1946 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comercio (SESC) que juntos com o SENAI e com as Leis Orgânicas do Ensino formaram neste período uma ação política pedagógica motivada pela burguesia industrial brasileira que pretendia a qualificação da força de trabalho sob a orientação das necessidades da industrialização (CNI, 2013).

A educação profissional incorporada ao ensino médio e preconizada inicialmente pelas Leis Orgânicas do Ensino passou então a ser estabelecida pelo Decreto – Lei n. 47.038 instituído durante o governo Kubitschek. Isso corrobora com as afirmações de Azevedo; Shiroma; Coan (2012, p.29) os quais grafam que foi por meio desse Decreto –Lei que passou-se a incorporar e regulamentar o ensino industrial como um ramo do ensino médio.

Dando continuidade à análise acerca dos primórdios da instituição do Ensino Profissionalizante no Brasil passamos agora a apreender sobre este ensino na época ditatorial brasileira, onde neste período aconteceram mais ações com o objetivo de instituir o ensino profissionalizante âmbito nacional, servindo sempre aos propósitos capitalistas e, em 1963 importante acontecimento marcou a instituição do EP, a criação do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)<sup>3</sup> sob o propósito de ajudar e estimular o desenvolvimento nacional, e para Barradas (1986) este programa visava à realização de cursos profissionalizantes para trabalhadores pouco escolarizados, com o propósito de encaminhá-los para o emprego.

Foi também no período ditatorial brasileiro que se promulgou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1971<sup>4</sup>, que passou a tornar de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau “em consonância com as demandas do mercado de trabalho local ou regional”. Também foram criados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), os quais tinham o intento de “organizar e

---

<sup>3</sup> O Programa Intensivo de Preparação de Mão – de – Obra (PIPMO) foi o braço do Estado na execução das políticas de formação profissional para os segmentos da economia onde se fazia necessário mão-de-obra semiqualficada e adestrada; e também em apoio a quase todas as políticas de governo que se relacionassem com treinamento, remanejamento, agenciamento de mão-de obra, além de controle e repressão. (BARRADAS, 1986)

<sup>4</sup> A lei 5692/71 tinha como principal preocupação a profissionalização. Seu objetivo era dar ao nível médio, uma terminalidade profissional, de modo a atenuar as pressões exercidas pelos estudantes que não conseguiam ser aprovados nos vestibulares. Os que precisassem trabalhar abandonariam as escolas ao concluir o secundário, já que possuíam uma especialização e poderiam enfrentar o mercado de trabalho. Anos mais tarde virá a Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, alterando substancialmente dispositivos da lei 5692/71 (RIBEIRO, 1993)

ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Produção”, com o objetivo de formar auxiliares e técnicos de nível médio, e também, em nível superior de graduação e pós, visando formar engenheiros industriais, tecnólogos e professores para trabalhar no nível médio e tecnológico ((BRASIL, 1971; AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p.29).

Desta forma, assim como aconteceu desde os primórdios da instituição do Ensino Profissionalizante no Brasil, desde a colônia, passando pela Era Vargas, pelo período ditatorial e com a instituição da Nova República, o que podemos observar que o EP sempre teve o propósito de servir aos ideais capitalistas, afim de, suprir as necessidades de expansão industrial no país. Assim o Ensino Profissionalizante no Brasil, desde sua gênese, foi instituído para atender as necessidades de produção de cada momento histórico do país.

## 2.2. Os caminhos da educação profissional no Brasil após a Nova República.

Com o fim da ditadura militar iniciou-se no Brasil o período conhecido com Nova República<sup>5</sup>, período este caracterizado pela ampla democratização política do Brasil e sua estabilização econômica e, com o fim do período ditatorial as estratégias em se instituir centros de ensino profissionalizante manteve-se, sempre com o propósito de nutrir o caráter instrumental dessa modalidade de ensino, para o atendimento das necessidades da industrialização no país.

Foi na Nova República que se promulgou no país a Constituição Federal de 1988, conhecida com a Constituição Cidadã uma vez que trouxe em seu texto a garantia de direitos sociais para a população brasileira. A Constituição Cidadã de 1988 tem um capítulo que pactua a educação como um direito de todos, e assim no capítulo III seção I da CFB / 1988, o artigo 205<sup>o</sup> preconiza que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988).

Na década de 1990<sup>6</sup>, o Estado passou, de acordo com Oliveira (2013) a equacionar seus problemas e otimizar seus recursos. Foi nesse contexto que passou a vigorar no país uma

---

<sup>5</sup> Teve início no ano de 1985 com o fim do período ditatorial.

<sup>6</sup> Os anos 90 devem significar a época da transformação produtiva, de mudanças qualitativas para alcançar competitividade no mercado mundial. Daí a importância atribuída a educação que deve estar estreita vinculação com o mundo do trabalho, da produção. Mais uma vez é necessário eliminar a pobreza, sem o que não é possível. o .desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1997, p. 83).

política de cunho neoliberal, caracterizada pela busca de reformas na estrutura das políticas sociais, reformas estas que provocaram um demonstrre no Estado de Bem – Estar<sup>7</sup>.

Foi também a partir da década de 1990 que o Estado passou a se preocupar com a escolaridade e qualificação profissional da classe trabalhadora, claro com o objetivo de servir aos propósitos do capitalismo, e surgiram com os anos 1990 alterações legais no ensino médio profissionalizante, o que gerou debates e culminou na aprovação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases, a Lei nº 9.394 de 1996.

Antes de irmos adiante, cabe-nos apreender sobre a Lei nº 7.044 de 1982 a qual foi instituída sobre o propósito de alterar os dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, mais conhecida como LDB de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. A partir desta lei encerrou-se a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau (BRASIL, 1982).

Continuando, foi na Nova República em que se promulgou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no ano de 1996, e nesta manteve-se preconizado no seu artigo 36, inciso 2, que o ensino médio servirá de base para preparar o educando para o exercício de profissões técnicas (BRASIL, 1996). Assim a LDB de 1996 trás em seu texto a possibilidade de se articular o ensino médio com a formação profissional reafirmando o que foi preconizado pelas Leis Orgânicas do Ensino e pelo Decreto – Lei n. 47.038 de 1959, e negando distinção explícita criada pela Lei 7.044 de 1982 a qual desvinculou a obrigatoriedade da profissionalização ao 2º grau.

Acerca das novas alterações dispostas pela LDB de 1996 para a educação profissional vinculada ao ensino, Carneiro (2002, p.111) escreve que “[...] a habilitação profissional [...] poderá ser feita ou na escola ou em instituições especializadas do tipo: escolas técnicas, centros de formação profissional e empresas [...]”.

Após a promulgação da LDB de 1996, no ano seguinte, por meio do Decreto nº 2.208<sup>89</sup> estabeleceu-se o ensino profissionalizante em três níveis, são eles, a saber: o nível básico; o técnico; e o tecnológico. Por meio deste decreto regulamentou-se o inciso 2 dos

---

<sup>7</sup> Acerca disso Salvador (2010) escreve que o que se observa então sobre o orçamento das políticas sociais é uma estagnação da alocação de recursos para essas políticas, e este pouco investimento resulta em péssima qualidade dos serviços e ações destas políticas, além de uma grande dificuldade em garantir a universalidade dos direitos.

<sup>8</sup> O Decreto nº 2.208/1997 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>9</sup> No ano de 1997, essas disposições foram regulamentadas pelo Decreto nº 2.208, que adicionalmente definiu os níveis da educação profissional: básico, destinado a trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar; um segundo nível, o técnico, para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e o terceiro, nível tecnológico, que dá formação superior, tanto graduação como pós-graduação, a jovens e adultos.

artigos 39, 40, 41 e 42 da LDB de 1996, reafirmando a articulação da educação profissional com as modalidades de ensino regular, podendo ser esta independente do ensino médio, isto é, a educação profissional passou a ter a possibilidade de ser ofertada de forma concomitante ou de forma sequencial ao ensino médio e, considerando os seguintes objetivos da educação profissional,

Art. 1º A educação profissional tem por objetivos: I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pósgraduação; III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

Assim, por meio do Decreto nº 2.208 de 1997<sup>10</sup> prescreveu-se que o ensino profissionalizante é uma modalidade de educação que permite a articulação entre a escola e o mundo do trabalho; qualificando, requalificando e reprofissionalizando trabalhadores e habilitando assim este trabalhador para o exercício de profissões.

Em 2004 surge uma nova regulamentação para o ensino profissionalizante, o Decreto nº 5.154, pelo qual volta-se a oferecer a educação profissional e o ensino médio de forma integrada, utilizando a mesma infraestrutura, no mesmo turno e/ou escola e com os mesmos professores. Conforme o Decreto de nº 5.154/04 os cursos técnicos passam a ter três formas: integrada, concomitante ou subsequente.<sup>11</sup>

No mesmo ano, em 2004 surge Parecer CNE/CEB nº 39 que torna aplicável o Decreto nº 5.154/2004 e que atualiza as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, reafirmando a articulação entre o ensino profissionalizante e o ensino médio. Lemos no artigo 12º deste Parecer que,

Artigo 12 - § 3º A articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará das seguintes formas: I- integrada, no mesmo estabelecimento de ensino, contando com matrícula única para cada

<sup>10</sup> É importante aqui citarmos que nos anos de 1996 e 1997, respectivamente, foram implantados no Brasil, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), programas estes voltados à qualificação da força de trabalho (FAUSTO; ACKERMANN, 2000)

<sup>11</sup> Na forma integrada, o aluno, com uma única matrícula, frequenta curso cujo currículo foi planejado reunindo os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. Na forma concomitante, ocorre uma complementaridade entre o curso técnico e o ensino médio. Nesta modalidade o aluno tem duas matrículas. Na forma subsequente, o aluno, ao se matricular no curso técnico, já concluiu o ensino médio. (MANFREDI, 2002)

aluno; II- concomitante, no mesmo estabelecimento de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, ou mediante convênio de intercomplementaridade; e III- subsequente, oferecida a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL/MEC, 2004).

No ano de 2006 foi publicado o Parecer CNE/CES 277 pelo qual se estabeleceu a nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação encaminhado pelo MEC com o propósito de ajustar esse tipo de educação ao acelerado e progressivo progresso científico e tecnológico no país, estabelecendo desta forma conteúdos e eixos compatíveis à medida que as tecnologias evoluem no país (BRASIL, 2006).

Concluindo a análise acerca dos caminhos históricos vivenciadas pelo ensino profissionalizante no Brasil podemos afirmar que desde a LDB de 1971 quando se estabeleceu que o ensino médio tornasse profissionalizante, passando pela Lei nº 7.044 de 1982 quando se estabeleceu diferentes trajetórias para o ensino profissionalizante no sistema escolar brasileiro, até à LDB de 1996 a qual trouxera uma única trajetória para o ensino médio. Assim podemos afirmar que o ensino profissionalizante é prestigiando e idealizado para cumprir o objetivo de integrar o indivíduo, de forma mais qualificada, em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, concedendo assim a oportunidade de trabalho vinculada à uma tentativa de elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores.

### 2.3 O trabalho como fundamento da produção social da vida.

Ao falarmos do papel social do trabalho é importante que primeiro realizemos uma relação do trabalho com a sociedade capitalista, pois é através dele que a sociedade consegue produzir seus meios de sobrevivência. Assim, o trabalho além de ser uma atividade indispensável para a reprodução social, é também indispensável para a reprodução do capital.

No sentido de fundamentar a produção social da vida o trabalho essa transformação, desencadeia e desenvolve a capacidade produtiva não somente individual, e com isso possibilita novas formas de desenvolvimento social (LESSA, 2007).

Marx e Engels apontam ao enfatizarem o papel social do trabalho apresentando-o como o fator que diferencia a natureza dos seres humanos da natureza dos animais, o que torna então o trabalho uma atividade pertencente ao humano, sendo necessariamente então uma categoria social. Os autores escrevem,

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos

favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente (MARX, 1996, p. 297-298).

Assim o trabalho é tido com uma atividade humana, onde a partir dessa atividade social o homem passa a reproduzir a sociedade. Para Lessa (2007) essa reprodução social “[...], todavia, tem por momento predominante uma categoria que nada tem de natural, que é puramente social: o trabalho” (LESSA, 2007, p. 86).

Nesse contexto entende-se que o trabalho é uma atividade social e não isolada, mas coletiva, promovendo e reproduzindo a sociedade de forma articulada, com o propósito então de desenvolver o ser social e a sociedade. Acerca disso Paulo Netto; Braz (2008, p. 34) reiteram ao escreverem que “[...] o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social”.

Compreendemos que foi a partir da produção social que os homens se organizaram de modo a dividirem entre si suas atividades, o que findou a possibilidade de se alcançar os objetivos desejados, principalmente do que se diz respeito à sobrevivência.

Por ser o trabalho uma atividade de reprodução social e de uma sociedade a tradição marxista considera que não há sociedade sem trabalho e que a condição do trabalho deveria representar a possibilidade de a sociedade potencializar suas forças de um modo tal que todos os membros dessa sociedade se beneficiassem dos resultados do trabalho humano, sendo este, portanto uma ferramenta, um instrumento de desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas.

Importante apontamento vista que o trabalho estimula o desenvolvimento das forças produtivas, e ao ocorrer esse desenvolvimento, criam-se condições para o aumento da produção da riqueza material e do conhecimento necessário para o desenvolvimento das forças produtivas (LUKÁCS, 1981).

Desta forma o trabalho assume um papel um tanto quanto tendencioso no modo de produção capitalista: o de não atender exclusivamente as necessidades humanas de sobrevivência, mas também produzir para o capitalismo o lucro, ou seja, qualquer forma de reprodução social só terá direito a existência se sua produção contribuir para o enriquecimento do capitalista já que,

[...] para atender as necessidades do modo de produção capitalista, não basta apenas a produção do valor de uso, pois, produzir bens para atender as necessidades individuais e coletivas dos homens no sentido apenas do auto consumo não gera lucratividades [...] (FERREIRA; TEOTONIO; BARBOSA, 2013, p.05)

Com base nas apreensões expostas é possível compreender que o trabalho, fundamento para a reprodução social, ao invés de seguir e se correlacionar com as ideologias da tradição marxista, na verdade passa a ser uma ferramenta do capitalismo, com o objetivo não mais exclusivo de reprodução social, mas também e com mais intensidade com o objetivo de enriquecimento do capital.

#### 2.4 O devir do trabalho no Brasil.

Considerando o trabalho como ato social e atividade pública coletiva, julgamos importante compreender então as características e as mudanças políticas, sociais, públicas e coletivas do trabalho enquanto promotor de cidadania social. Nesse sentido cabe a nós expormos o devir do trabalho no Brasil.

No Brasil com a mudança do cenário político a partir da década de 1930<sup>121314</sup> houve mudanças significativas na estrutura produtiva da economia brasileira, que por consequência desencadearam mudanças no mercado de trabalho. Uma dessas mudanças foi, de acordo com Pauli; Nakabashi; Sampaio (2012) o aumento da demanda por mão de obra qualificada.

O neoliberalismo passou então a reforçar a ideologia da escolarização enfatizando que quanto mais escolarizada e especializada fosse a força de trabalho, melhor seria o desempenho da economia, a distribuição de renda e a qualificação dos empregos (NEVES, 2002). Isto é, o cenário político – econômico brasileiro a partir desta década, caracterizada pelo processo de industrialização e a busca pelo desenvolvimento econômico, motivava a buscar, segundo Saviani (1994), um patamar mínimo de qualificação geral, e assim o

---

<sup>12</sup> Desta forma a condição econômica-sócio-política do Brasil, desde sua colonização, é dominada pelo Capitalismo, que impôs a ampliação de um processo de trabalho produtivo, e assim, a Educação Profissional passou a ser uma ferramenta do modelo capitalismo no Brasil.

<sup>13</sup> No governo Collor, no início da década de 1990 instalou-se no Brasil o neoliberalismo, uma política econômica que idealiza a não participação do estado na economia, a criação do estado mínimo e torna mais eficiente manter e ampliar o bem estar social por meio de privatizações e incentivos fiscais para multinacionais investirem no país.

<sup>14</sup> Destacou-se que as mudanças no modo de produção capitalista, deveu-se ao esgotamento do modelo taylorista/fordista e à necessidade de substituição desse modelo de gerenciamento técnico-científico por outro denominado toyotismo, que exigiu uma requalificação dos trabalhadores devido à nova divisão internacional do trabalho no sistema capitalista.

trabalhador motivado por um ingresso e/ou permanência no mercado de trabalho e por salários melhores passou a buscar sua qualificação.

No estudo desenvolvido por Pauli; Nakabashi; Sampaio (2012) os autores apontam que neste cenário houve aumentos expressivos nas quantidades de trabalhadores com qualificação intermediária em todos os setores, mas diminuição do valor de seus salários e, na busca por melhores salários passaram a buscar melhorias na sua escolaridade e por programas educacionais voltados para o trabalho.

O que vemos então é um cenário político e econômico brasileiro neoliberalista e que objetiva a obtenção de lucros, fazendo isso por meio de mão de obra qualificada. Diante disso, o que o Estado fez para qualificar seus trabalhadores? Ramos (2001) aponta que foi a partir de 1990 e diante desse cenário supracitado que iniciaram-se as primeiras reformas educacionais no Brasil e idealizadas para atenderem às demandas do processo de reestruturação produtiva do capital já que era eminente a necessidade de se formar uma nova forma de trabalhador, o qual precisava adequar-se às exigências da produção, substituindo, por esse motivo, pelo termo qualificação.

Diante desse contexto o que se observou no Brasil foram ações governamentais<sup>15</sup> com o objetivo de aumentar o nível de escolarização dos trabalhadores brasileiros. Ou seja, o Capital e o trabalho qualificado passaram a se complementar, para atender assim aos propósitos econômicos e políticos desse atual momento vivenciado pelo país. Acerca disso Holanda; Freres; Gonçalves (2009, p.132) escrevem,

A função da educação, nessa sociedade, é, primordialmente, justificar as desigualdades geradas pelo capital, produzir consenso e conformidade na classe trabalhadora – já que ela acredita ser de sua inteira responsabilidade individual a busca pelos meios de sair da condição de miséria em que se encontra – e, ainda, fornecer as competências necessárias ao processo de produção. (HOLANDA; FRERES; GONÇALVES, 2009, p. 132)

Com base no exposto, compreendemos o dever do trabalho no Brasil, aprendendo sobre as mutações no trabalho ocorridas com a mudança do cenário político – econômico na década de 1990, onde se observou que as relações de trabalho passaram a serem influenciadas e a servirem às forças produtivas neoliberalistas, assim como também se constatou que através das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nesta época ocasionou o surgimento de um novo cenário educacional ainda vigente, que se propõe a oferecer aos trabalhadores um

---

<sup>15</sup> Preparar os indivíduos para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, no atual contexto histórico, é o objetivo da educação. As leis educacionais são modificadas para ajustá-los à lógica do capital. Sob essa lógica, a classe trabalhadora, despojada de tudo, busca na formação para o emprego a possibilidade de encontrar fontes de trabalho e renda, bem como aprender os conhecimentos necessários ao processo produtivo e, ainda, desenvolver as habilidades pessoais que o mercado de trabalho exige (MELLO; TURMENA, 2011, p. 520)

conjunto de saberes para que este possa ser inserido, ou recolocado no mercado de trabalho e garantir seu emprego, atendendo as novas exigências demandadas pelo capital.

## 2.5 A industrialização e a educação profissional.

Como já sabemos e citamos neste capítulo, a industrialização no Brasil foi fomentada a partir do governo Vargas, quando o Estado passou a estimular o desenvolvimento econômico por meio da massiva e intensa ideia de progresso, modernidade e ordem social, pois foi nesta década que aconteceu uma crise na economia brasileira, pois cessaram os investimentos estrangeiros e o país foi obrigado a abandonar a exportação de suas produções, em especial o café, surgindo então o capitalismo industrial que se instalou como uma proposta de se aproveitar os recursos nacionais e fortalecer a economia brasileira, deixando de necessitar das importações e passando a produzir os produtos dentro do país (GIAMOGESCHI, 2009).

Para atender aos objetivos propostos pelo capitalismo industrial instalado após a crise de 1930, o Brasil, voltou o seu olhar para a Educação Profissionalizante, entendendo que esta seria uma ferramenta de auxílio para esta ascensão. Assim podemos afirmar, com base no que afirmam Ferreira; Schenkel (2010, p.01), que a Educação Profissional foi utilizada para auxiliar a industrialização na sua ascensão, sendo então

[...] um instrumento utilizado para reforçar e ocultar contradições e dualidades características do sistema educacional do país ao distribuir de forma desigual as condições de acesso às bases do conhecimento que preconizam o trabalho como princípio educativo. (FERREIRA; SCHENKEL, 2010, p. 01)

Compreendemos então que os caminhos da educação profissionalizante no Brasil têm, desde sua gênese, uma tendência de modernidade, alimentada pela cultura industrial e pela ideologia do progresso. Isto é, a educação como um todo, era na verdade uma ferramenta idealizada e utilizada pelo Estado para atender às novas exigências e necessidades da sociedade moderna industrial, e esta então passou a ocupar “[...] o lugar central nessa proposta” (GONÇALVES NETO; CARVALHO *apud* GATTI JR.; INÁCIO FILHO, 2005, p. 264).

Machado (1982) complementa este entendimento quando escreve que,

Inicialmente, as indústrias que precisavam de uma mão-- mais qualificada teriam que se voltar para a contratação de imigrantes europeus, que povoavam as cidades, desempenhando, em muitos casos, atividades

artesanais, ou trabalhavam nas plantações, por apresentarem experiência e habilidades adquiridas em seus países de origem. Com o aproveitamento máximo desta reserva, iniciaram-se as pressões no sentido de profissionalização sistemática do trabalhador local. E é para atender às necessidades concretas da indústria emergente que surgem e se estruturam os primeiros cursos técnicos (MACHADO, 1982, p. 31).

Dando sequência ao que foi preconizado na Era Vargas, o processo de industrialização brasileira manteve-se e, em específico no ano de 1932 um grupo de educadores redigiram um manifesto direcionado ao governo e conhecido como o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Neste manifesto foi defendido a necessidade de uma pedagogia que fosse voltada à atender aos objetivos da industrialização (SAVIANI et. al., 2004).

A partir daí o Estado então passou, cada vez mais, a direcionar a Educação para atender os objetivos do mercado, buscando com isso dispor de mão de obra técnica e especializada por meio da Educação Profissionalizante. Acerca disso Ferreira; Schenkel (2010) apontam que o processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira exigiu uma atenção por parte também dos educadores com o propósito de modernizar a educação profissionalizante<sup>16</sup> para atender de forma mais eficiente às demandas da indústria.

Assim o Estado buscava criar “classes produtoras” (CUNHA, 2000, p.28) e por meio dessas classes era intento do Estado atender do processo de industrialização desencadeado a partir da década de 1930, buscando aumentar o contingente de profissionais especializados para a indústria, o comércio e serviços.

O processo de industrialização não se restringiu apenas à década de 1930<sup>17</sup> e, por longas décadas até os dias atuais, se observou e se observa essa busca por mão de obra técnica para atender as necessidade do mercado e tornar o trabalhador apto às novas demandas exigidas nas formas de produção instituída pelo capital. Observamos que o Estado e sua busca por modernização e industrialização vê na Educação Profissional a chance de cimentar a consecução do seu desenvolvimento econômico, e mesmo que enfrentando crises como a de 1970, o capitalismo sempre se manteve impulsionado ao avanço e à estimular a Educação Profissional à subordinação ao processo de acumulação do capital.

---

<sup>16</sup> Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano, efetivada a reforma educacional, conhecida pelo nome do Ministro Francisco Campos, que prevaleceu até 1942. Destaque-se da reforma Francisco Campos o Decreto Federal n.º 20.158/31, que organizou o ensino profissional comercial e regulamentou a profissão de contador (FERREIRA; SCHENKEL, 2010, p. 12)

<sup>17</sup> O projeto nacional –desenvolvimentista de industrialização pesada só foi iniciado verdadeiramente pelo segundo Governo Vargas, com a criação da Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Álcalis, a Petrobrás e o BNDE, e continuou, depois de breve interrupção causada pela sua morte, através do plano de Metas do Governo JK. (TAVARES, 1999, p. 462)

Sendo assim, o capitalismo foi o motor propulsor dos ideais de industrialização e modernização no Brasil, e por meio deste e influenciado por este modelo econômico, surgiram propostas e alternativas educacionais profissionalizantes no país, forçando a escol “[...] a modernizar-se, a dar mais importância aos conteúdos técnicos e científicos ao longo das antigas matérias clássicas e literárias” (PILLETTI, 1996, p. 98), buscando assim atender as necessidades industriais do capitalismo.

Nesse contexto exposto, apreendemos que a industrialização, o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico reforçaram a necessidade de escolarização dos brasileiros, seja para cumprir determinados interesses do Estado, ou do mercado. Assim entendemos que o Estado baseia suas práticas ao atendimento dos interesses do capital quando fomenta a Educação Profissionalizante, e através dessa ação, o Estado age como instrumento organizador e impositor dos interesses das elites empresariais.

Concluindo, o capitalismo trouxe ao Brasil as propostas e possibilidades de industrialização e modernização, e para que isso se concretizasse e alcançasse os objetivos, o ensino profissional passou a ser o protagonista, já que era entendido que por meio de uma mão de obra qualificada era possível favorecer o crescimento da indústria e gerar riqueza para a burguesia capitalista. Assim a industrialização promoveu um novo curso para a educação no Brasil.

## 2.6 O Ensino Médio profissionalizante e seu papel no mundo contemporâneo.

Sabemos que a escola enquanto promotora de aprendizagem, também pode promover e permitir que a formação profissionalizante aconteça e por meio de cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio, além da aprendizagem, as escolas promovem uma formação técnica que prepara os alunos para o mercado de trabalho.

Paro (1998, p.105) complementa sobre a escola enquanto instituição promotora de aprendizagem ao escrever que “Entre essas instituições, destaca-se a escola, cuja especificidade é precisamente de transmissão do saber de forma sistemática e organizada”.

Nesse contexto, a escola enquanto promotora e transmissora da aprendizagem e, por meio do ensino profissionalizante, atua como um protagonista social<sup>18</sup> na vida de seus alunos

---

<sup>18</sup> “No dia-a-dia do ambiente escolar convive-se com a dupla tarefa de proporcionar aos jovens situações de ensino aprendizagem com o objetivo de possibilitar uma formação cultural e científica mais ampla aos alunos do Ensino Médio [...]” (GÓMEZ, 1998, p. 13)

dispondo a estas ferramentas técnicas e científicas para que suas perspectivas econômicas sejam supridas.

E para atender as demandas da sociedade industrial contemporânea é delegada à escola, por meio de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a função de estimular, preparar e incorporar o aluno para o mercado de trabalho. E note, função está não oriunda da atualidade, mas sim de um contexto histórico que nos remete à década de 1930, quando falamos do ensino profissionalizante no Brasil.

Gómez (1988, p.15) nos auxilia para uma melhor apreensão quando escreve a escola, por meio de um ensino profissionalizante integrado prepara o aluno,

[...] para que se incorpore à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade humana. (GÓMEZ, 1988, p. 15).

Assim, as escolas por meio de um Ensino Médio proposto, que pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) sugere um currículo voltado para o desenvolvimento de competências, no qual a interdisciplinaridade e contextualização estejam presentes na prática pedagógica, é um caminho que possibilita as escolas à integrarem um ensino técnico com a finalidade de educar para a vida, superando o rótulo de ensino preparatório para vestibular.

A LDB de 1996 em seu artigo 35º expõe que se deve integrar numa mesma e única modalidade a fim de oferecer, de forma articulada, uma educação completa. Isso refere-se ao ensino técnico, já que sua finalidade é voltada à preparação do aluno para sua integração no mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo contemporâneo.

Gandin; Gandin (1999, p. 64) entende que a escola com um ensino integrado técnico é responsável por “munir” os alunos com armas modernas, ou seja, com um conhecimento técnico para que estes estejam preparados para competirem por igual em um mercado de trabalho cada vez mais disputado, competente e exigente.

Partindo da premissa de que a competência exigida pelo mercado de trabalho contemporâneo é pautada no conhecimento, escolas com um ensino médio técnico preparam seus alunos enfatizando, promovendo e estimulando habilidades técnicas. É importante aqui apontarmos que as especializações estimuladas e promovidas pelo Ensino Médio Técnico não pode comprometer a formação geral, permitindo que o aluno escolha e exerça qualquer tipo de atividade, seja ela técnica, seja ela acadêmica (SCARPARI, 2003).

Acerca do que foi comentado acima podemos complementar com base no que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) escrevem sobre o ensino médio e seu papel quando integrado a o ensino técnico,

O novo ensino médio, nos termos da lei, de sua regulamentação e de seu encaminhamento, deixa de ser, portanto, simplesmente preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir necessariamente a responsabilidade de completar a educação básica. Em qualquer de suas modalidades, isso significa preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente, em eventual prosseguimento dos estudos ou diretamente do mundo do trabalho (BRASIL, 2002, p.8).

Com base na leitura do documento ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: desafios da integração de Regattiere; Castro (orgs, 2010) notamos alguns assuntos pertinentes a serem apontados neste tópico. Por meio do documento Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica – Proposta (2004) em discussão no documento supracitado observamos que no âmbito da educação profissional vêm debatendo cada vez mais sobre essa modalidade de ensino, havendo principalmente a defesa de que a educação deixaria de ser apenas profissional, passando a ser tecnológica também. Sobre isso está descrito no documento,

[...] a educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sóciohistóricas e culturais de poder (BRASIL, 2010).

No documento “Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de Lei da Educação Profissional e Tecnológica”, de 2004, localizamos a justificativa da necessidade da educação tecnológica no ensino médio com formação integrada,

[...] torna-se imperioso explorar os espaços possíveis oferecidos pela LDB, especificamente, em seus artigos 39 a 42, tentando progressivamente incorporar o ensino profissional e tecnológico à educação básica para atender às demandas não apenas do mundo do trabalho, mas da própria sociedade em que (BRASIL, 2004)

Sobre o projeto de tornar a educação profissional tecnológica, Frigotto; Ciavatta (2004) apontam que na contemporaneidade o que se observa é uma ruptura do vínculo entre ensino médio e técnico, e mais, consideram que foco contemporâneo da educação profissionalizante esta voltada para a educação tecnológica o que parece ser uma boa

alternativa para os autores, pois estes consideram que uma educação politécnica, a qual combine trabalho, ciência e cultura com fundamentos científico – tecnológicos e histórico – sociais, é a melhor alternativa de preparação técnica para os alunos no ensino médio.

O “Documento-base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)”, de 2007, no volume “Educação profissional técnica de nível médio/ensino médio”, reflete a seguinte preocupação: propiciar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, a par da profissionalização, integrando ambas as formações em cursos e programas específicos de educação profissional, articulados com o ensino médio.

Portando com base no que afirma a LDB de 1996 sobre ser o desenvolvimento da habilitação profissional no ensino médio uma possibilidade legalmente respaldada e necessária aos jovens brasileiros, devendo-se assegurar a formação geral, consoante as finalidades dispostas no art. 35 e aos princípios curriculares a que se refere o art. 36 (grifo nosso), podemos concluir que o Ensino Médio Técnico na contemporaneidade vêm se moldando às necessidades por meio de uma proposta de ensino politécnico e que tem um papel de grande ressalva: o de contribuir para a transformação social, uma vez que sendo um instrumento de aprendizagem profissionalizante necessário, ajudará na transformação social dos alunos, e por isso de acordo com Frigotto; Ciavatta (2004) é cada vez mais cursado por alunos do ensino médio que buscam mudanças positivas da sua perspectiva social.

Sabemos que existem inúmeras propostas de aprimoramento do ensino médio integrado ao ensino técnico em curso no país, e estas tem o claro objetivo de promover a transformação social do sujeito por meio de um ensino especializado e profissionalizante, objetivos estes que permeiam na intenção de eliminação dos processos de exclusão social e de promover transformações ao que diz respeito também à relação econômica que o sujeito tem com o contexto em que está inserido.

Desta forma, aprimorar o Ensino Médio profissionalizante na conjuntura contemporânea é uma tarefa que deve sim ser realizada constantemente, pois conseguimos confirmar que por meio do Ensino Médio profissionalizante, é possível dar aos jovens a condição e o argumento necessário para eles legitimarem suas transformações sociais, econômicas, culturais e política.

### 3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo geral responder a questão deste estudo que foi determinada uma proposta investigativa, e caracterizando-se como um estudo empírico de campo, e exploratório, com uma abordagem quali-quantitativo.

Para Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Já a pesquisa de campo é caracterizada por Fonseca (2002) como um tipo de investigação em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza a coleta de dados junto a pessoas, utilizando para diferentes recursos de pesquisa.

Quanto à abordagem, este estudo desenvolveu a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos, aonde a primeira abordagem se aprofundou na compreensão de dois grupos sociais sem representatividade numérica, e a segunda quantificou os dados coletados através de um tratamento estatístico. Minayo et al., (2005) considera que a combinação desses métodos uma triangulação metodológica, objetivando contribuir no aumento do conhecimento sobre um determinado tema, possibilitando assim o alcance dos objetivos traçados e compreender a realidade estudada. Portanto essa interação metodológica concedeu uma melhor construção, uma melhor argumentação e, por conseguinte uma melhor compreensão acerca do tema abordado.

O estudo foi realizado junto aos alunos matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental Normal Gama e Melo, localizada na Avenida Presidente João Pessoa nº 460, Bairro Centro, no município de Princesa Isabel, estado da Paraíba, após autorização verbal da diretora da escola no período de fevereiro de 2016 à junho de 2017. Nesta escola é ofertado um curso Profissionalizante em Informática à 61 (sessenta e um) alunos do Ensino Médio, distribuídos em duas turmas de 31 (trinta e um ) e 30 (trinta) alunos cada.

Do montante de alunos que cursam o curso Profissionalizante de Informática, o estudo delimitou-se à amostragem de 38 (trinta e oito) alunos, número esse reduzido, pois muitos dos alunos não estão frequentando com regularidade o curso.

Aos 38 (trinta e oito) alunos foi, aplicado um questionário semi- estruturado composto por 14 (quatorze) perguntas. O critério de inclusão dos entrevistados fundamentara-se nas exigências de que estes sejam alunos estejam cursando o curso Profissionalizante de Informática ofertado pela escola.

Pretendeu-se, por meio desses questionários semi-estruturados, realizar questionamentos fechados os quais foram claros e em conformidade com o objetivo geral

deste trabalho, permitindo que os participantes exponham suas opiniões e perspectivas acerca do tema abordado, para que por fim possa-se discutir e concluir o estudo com base nos resultados recolhidos durante a pesquisa.

A análise dos dados procedeu-se de acordo com o que preconiza Bardin (2009), em um passo a passo de um conjunto de técnicas de análise, utilizando para isso procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos. Portanto a análise dos dados deste estudo foi dividida nas seguintes etapas, ainda de acordo com a autora, em: Pré Análise, onde o material do estudo será analisado e organizado sob o propósito de tornar o estudo sistematizado e organizado; Exploração do Material; e por fim o Tratamento dos Resultados.

O tratamento dos resultados procedeu-se por meio da explicitação dos dados quantitativos, que aconteceu por meio de gráficos relacionados com a descrição destes. Para Tripoldi et al., (1981, p. 48) a correlação das técnicas estatísticas com a descritiva possibilita a “verificação de hipóteses e a descrição de relações quantitativas entre variáveis especificadas”.

Já os dados qualitativos foram tratados através de análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2009) que afirma que o processamento de dados se dará através de um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de análise e descrição do conteúdo, utilizando para isso a intuição, a análise reflexiva e a crítica, sob o propósito de enriquecer a compreensão dos dados coletados.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

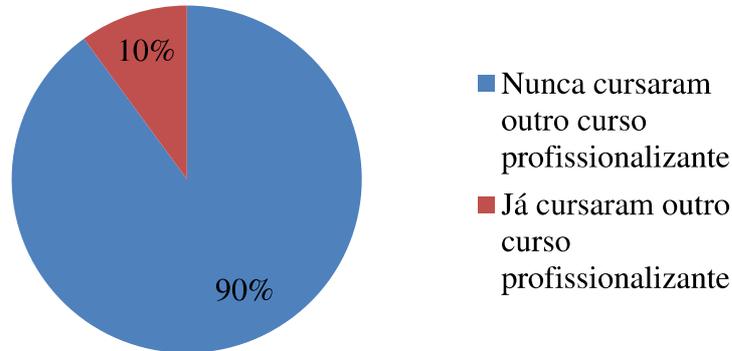
Após o desenvolvimento de um estudo bibliográfico e a exposição dos caminhos metodológicos percorridos procederemos à análise e a discussão dos resultados. Em um primeiro momento iremos analisar o perfil dos alunos, a sua motivação e suas perspectivas sobre o curso Profissionalizante em Informática integrado ao Ensino Médio, para que em seguida possamos discutir os resultados obtidos com base na literatura utilizada neste trabalho para que assim consiga-se cumprir o objetivo e responder a questão norteadora.

### 4.1 Análise do perfil dos alunos participantes do estudo empírico

Dos 38 (trinta e oito) alunos participantes, 100% deles possuem uma faixa etária que varia de 15 a 18 anos. Sobre a renda familiar, todos os alunos respondentes afirmaram possuírem uma renda familiar de até um salário mínimo. Acerca de onde finalizaram o Ensino Fundamental, a maioria dos alunos afirmaram terem finalizado seus estudos do ensino fundamental em escolas públicas. Além disso, quando questionados se já trabalharam, a maioria afirmou que nunca trabalhou.

Quando questionados se já haviam cursado anteriormente um curso como profissionalizante, os mesmos responderam, como demonstrado no Gráfico 01, na sua maioria (90%), que nunca fizeram outro curso enquanto que apenas 10% dos alunos respondentes afirmaram terem feito algum curso profissionalizante, e apontaram como sendo o curso de computação, o que nos demonstram que os alunos do ensino médio vêm no sistema de ensino técnico integrado ao ensino médio a oportunidade de alcançar uma satisfatória qualificação técnica para assumirem cargos com eficiência no mercado de trabalho.

**Gráfico 01:** Resultados obtidos com os alunos participantes do estudo empírico sobre já terem cursado anteriormente algum tipo de curso profissionalizante.

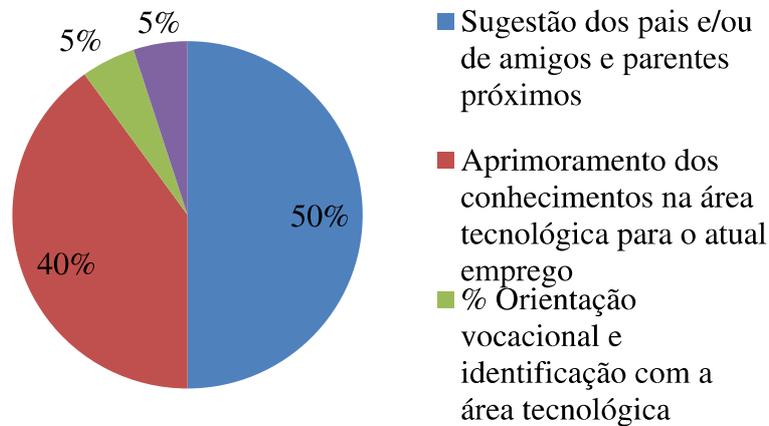


**Fonte:** Pesquisa empírica, UEPB, Patos, 2017.

#### 4.2 Análise da motivação dos alunos pela escolha do curso profissionalizante de Informática

Aos alunos participantes da pesquisa foi indagado sobre o (s) motivo (s) que os levaram a escolher esse curso com modalidade integrada ao Ensino Médio. Dos 38 (trinta e oito) a maioria afirmou que o que motivou a sua escolha foi a sugestão dos pais e/ou de amigos e parentes próximos (50%) e a perspectiva de aprimoramento dos conhecimentos na área tecnológica para o atual emprego (40%). O restante dos alunos apontaram motivos como orientação vocacional e identificação com a área tecnológica e o amplo campo de atuação e expectativa de um bom salário. O Gráfico 02 abaixo demonstra os resultados em percentuais obtidos com este questionamento supracitado.

**Gráfico 02:** Respostas dos alunos participantes do estudo quando questionados sobre quais os motivos você a escolher curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio.

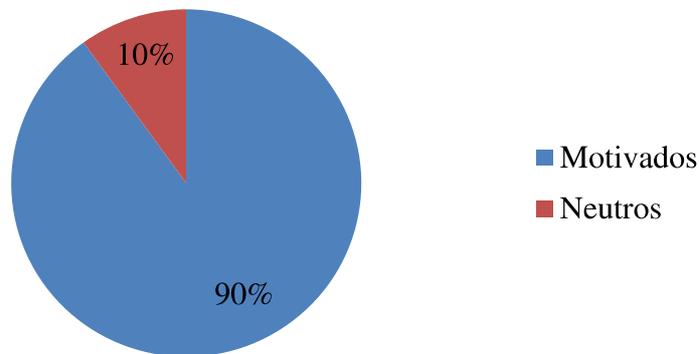


**Fonte:** Pesquisa empírica, UEPB, Patos, 2017.

Nota-se que a influência dos pais, amigos e/ou familiares ainda é forte quando se diz respeito à escolha da profissão. No entanto, um resultado bastante significativo foi encontrado, o de que uma grande porcentagem dos alunos foi motivada pela busca de aprimoramento dos conhecimentos na área tecnológica para o futuro emprego ao escolherem o curso técnico na área de Informática. Isso corrobora com o que afirmaram Pauli; Nakabashi (2012), sendo essa busca por aprimoramento, ou seja, por qualificação, resultado das mudanças ocorridas a partir de 1930 na estrutura da cadeia produtiva e econômica brasileira, onde se passou a exigir mão de obra qualificada.

Em seguida questionou-se sobre o nível atual de motivação ao cursar o Curso Profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao Ensino Médio. Os resultados obtidos foram bastante significativos uma vez que 90% dos alunos responderam sentir-se motivados, e apenas 10% responderam neutralmente, ou seja, nem motivados nem desmotivados. Notamos que a maioria se encontra motivado o que nos faz concluir que a busca por qualificação é ainda uma motivação recorrente aos cursos técnicos, e consideramos que sobre isto ainda seria recomendado uma diagnose futura para apreender se esse resultado se deve à satisfatória relação ensino – aprendizagem disposta pelo curso. O Gráfico 03 abaixo expõe esses resultados.

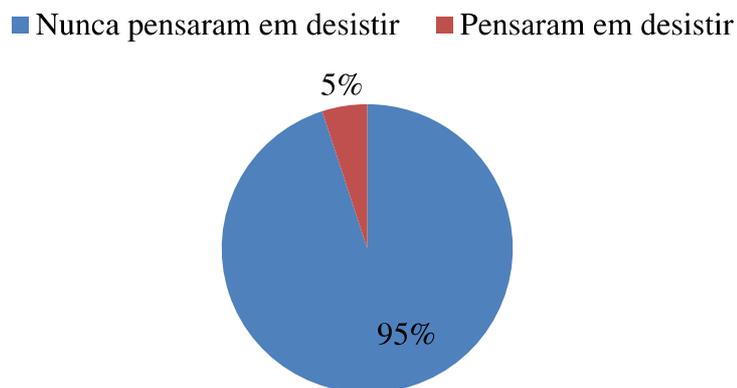
**Gráfico 03:** Respostas dos alunos participantes do estudo quando questionados sobre qual o seu nível de motivação ao cursar o curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio.



**Fonte:** Pesquisa empírica, UEPB, Patos, 2017.

Quando aos alunos se questionou se os mesmos já pensaram em desistir do curso em questão, 95% deles responderam que nunca pensaram em desistir e 5% responderam que já pensaram nessa possibilidade, pois moram na zona rural e têm dificuldade de transporte, resultados estes expressos no Gráfico 04.

**Gráfico 04:** Resultados obtidos com os alunos participantes do estudo empírico sobre se os mesmos já pensaram em desistir do curso Profissionalizante de Informática integrado ao Ensino Médio.



**Fonte:** Pesquisa empírica, UEPB, Patos, 2017.

Com base nos resultados exposto no gráfico 04 podemos considerar que esses estão associados com a alta porcentagem de motivação que os alunos apresentam com o curso como descrito anteriormente e exposto no gráfico 07, e mesmo que com uma pouca porcentagem de alunos que cogitaram desistir do curso, notamos que a dificuldade de transporte é um problema real, e que poderia ser pesquisado em futuros e mais abrangente diagnóstico, a fim

de trazer mais benefícios aos alunos, benefícios estes relacionados com auxílios que favoreçam aos alunos na sua trajetória de educação técnica.

O fato de a maioria dos alunos não cogitarem a ideia de desistência do curso e se mostrarem motivados ao cursar o Curso Profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao Ensino Médio, nos permite considerar que o Brasil vem, desde 1930, passando por 1990 quando houve uma mudança na ordem política – econômica do país, estimulando por meio de ações governamentais a qualificar de seus trabalhadores, e essa motivação é descrita por Holanda; Freres; Gonçalves (2009), que apontam que este estímulo se fundamenta na necessidade, por parte do Estado, em justificar as desigualdades sociais, em produzir consenso e conformidade, e dispor de competência ao processo de produção.

#### 4.3 Análises das perspectivas dos alunos ao cursarem o curso profissionalizante em informática integrado ao ensino médio.

Em seguida, para entender a influência que a escolha de um curso profissionalizante de Informática integrado ao Ensino Médio traz para o âmbito profissional, questionou-se aos alunos se os mesmos consideram que se este curso possibilita um conhecimento teórico – prático que o auxiliará no seu desenvolvimento profissional futuro. 100% dos alunos afirmaram positivamente, considerando que o curso auxiliará sim no desenvolvimento profissional.

Isso nos permite discutir, com base no que afirma Cunha (2000) quando o mesmo escreve que por meio do ensino profissionalizante, era objetivo do Estado formar classes produtoras. Isto é, o conhecimento teórico – prático obtido em cursos profissionalizantes permite o desenvolvimento profissional futuro, pois “criará” profissionais qualificados que poderão auxiliar o Estado a atender aos propósitos capitalistas.

Para complementar essa análise também questionou-se quais eram as principais contribuições que o ensino técnico trás à formação profissional deles, e os resultados foram significativos: a maioria (90%) considerou que o ensino técnico contribuirá nas oportunidades de emprego, e outros (10%) apontaram que este ensino contribuirá na sua formação de *curriculum*. Segue a transcrição das respostas de alguns alunos.

*“Que com o curso ele pode me possibilitar um emprego que eu esteja mais capacitado de realizar” (Aluno 01);*

*“Arrumar um emprego no mercado profissional (Aluno 20)”;*

*“Contribuirá na formação do currículo (Aluno 31)”*.

Outro questionamento complementa o anterior, acerca de quais as principais perspectivas que os alunos têm com a realização deste curso, onde todos os respondentes afirmaram que têm a perspectiva de aprimorar o conhecimento na área para ficar por dentro do mundo das tecnologias. A seguir as repostas de alguns alunos para este questionamento.

*“De conseguir um emprego logo após o curso e me aprofundar mais no ramo tecnológico”*  
(Aluno 01);

*“Aprimorar o conhecimento na área”* (Aluno 20);

*“Aprofundar o conhecimento na área”* (Aluno 31)

Os dados obtidos com os questionamentos abertos obtidos no estudo empírico nos permite discutir os resultados com base em um importante apontamento feito por Lessa (2007), o qual afirma que o papel social do trabalho na vida do indivíduo faz com que se desencadeie a capacidade produtiva e o desenvolvimento social. Ou seja, os alunos mostraram que a escolha pelo curso profissionalizante que estão cursando se deve ao fato de pretenderem alcançar objetivos, objetivos estes que estão relacionados à sobrevivência. Luckás (1981) também afirma algo que corrobora com esse resultado obtido, pois sendo 100% dos alunos possuidores da perspectiva de que o curso técnico que estão cursando os auxilie no desenvolvimento profissional, o autor considera ser o auxílio pretendido, o aumento da produção de riqueza material.

A maioria dos alunos afirmou, ao serem perguntados sobre qual Curso de Graduação pretendem fazer se tiverem a oportunidade, que pretendem fazer os cursos de Bacharelado em Direito e de Medicina; poucos responderam que pretendem cursar um Curso de Computação. O que notamos com base nos resultados é que alguns querem emprego de imediato, enquanto outros, com maior expectativa, se preparam para conseguir passar no vestibular com o intuito de ter emprego melhor futuramente, conforme descreve Scarpari (2003), no entanto sobre esse resultado consideramos ser um lacuna que poderá ser preenchida por outros estudos mais específicos, a fim de entender os motivos desses apontamentos.

Para entender a perspectiva de melhoria profissional que pretendem alcançar com o este curso técnico, aos alunos questionou-se sobre as principais dificuldades objetivavam eliminar com este curso, ou seja, quais as dificuldades que os alunos sentem e como que esperam que este curso técnico ajude-os a superá-las e, todos os alunos responderam que

possuíam dificuldade em programar, construção de planilhas, formatação de documentos.

E por fim, buscou-se apreender sobre quais principais habilidades os alunos conseguiram desenvolver ao longo do curso. Todos afirmaram que este curso profissionalizante os possibilitou a desenvolverem mais habilidades na digitação e manuseio correto de programas.

Isso nos mostra que os alunos buscam mais especialidades técnicas, sendo então este tipo de curso profissionalizante integrado ao Ensino Médio uma forma de ser dar uma maior importância a conteúdos técnicos, como também os científicos e específicos, afirmado por Pilletti (1996).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a educação profissionalizante no Brasil é, desde a colonização brasileira, uma ferramenta idealizada para servir aos propósitos do sistema econômico capitalista, entender os motivos que levam alunos do ensino médio à cursarem cursos técnicos / profissionalizantes é uma forma de compreender as perspectivas desses alunos ao que diz respeito à transformação econômica que estes cursos permitem ao contexto em que estão inseridos.

Por meio deste estudo empírico conseguimos cumprir com o objetivo idealizado, o de investigar o (s) motivo (s) pela busca dos alunos do Ensino Médio por cursos Profissionalizantes de Informática na modalidade integrado ao Ensino Médio, e isso foi possível devido aos resultados obtidos com o questionário semi- estruturado aplicado aos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Normal Gama e Melo.

Assim os objetivos foram alcançados, mesmo tendo em vista as dificuldades enfrentadas como não ter abrangido uma amostragem maior, já que muitos não estavam participando frequentemente do curso. Houveram limitações também ao que diz respeito ao fato deste estudo não ter abrangido uma totalidade de escolas que dispõe de curso Profissionalizante de Informática integrado ao Ensino Médio no município de Princesa Isabel/PB.

Diante disso observamos alguns resultados relevantes, uns que puderam ser comparados com a literatura pesquisada e outros que exigem uma diagnose posterior. Acerca do perfil dos alunos respondentes constatou-se que todos possuem uma faixa etária que varia de 15 a 18 anos; possuem uma renda familiar de até um salário mínimo; finalizaram o Ensino Fundamental em escolas públicas; e nunca trabalharam. Além disso, a maioria dos alunos responderam que nunca fizeram outro curso do tipo profissionalizante.

Acerca da análise feita sobre a motivação dos alunos pela escolha do curso profissionalizante de informática, encontrou-se resultados significantes tais como: a maioria dos alunos foi motivada por sugestão dos pais, amigos e/ou parentes próximos, no entanto, encontrou-se uma porcentagem bastante significativa de alunos que motivaram-se pelo aprimoramento dos conhecimentos tecnológicos a fim de aplica-los em futuros empregos. Também constatou-se que a maioria estão bastante motivados com o curso e que nunca pensaram em desistir do mesmo.

Analisando as perspectivas futuras dos alunos ao cursarem um curso profissionalizante de informática observou-se o seguinte: todos consideram que o curso em questão traz a real possibilidade de um conhecimento teórico – prático que os auxiliará no seu desenvolvimento profissional; a maioria considerou que este curso contribuirá para boas oportunidades de emprego; a maioria apontou que o curso traz a perspectiva de aprimorar o conhecimento na área tecnológica.

No entanto, mesmo diante dessas perspectivas apontadas pelos alunos participantes do estudo, poucos alunos apontaram que pretendem cursar um curso de graduação na área de Computação, a maioria apontou que optará por cursos de Bacharelado em Medicina e Direito.

E para entender ainda mais a perspectiva dos alunos respondentes sobre a melhoria profissional que o curso profissionalizante de computação ao qual estão cursando possibilitará, questionou-se aos mesmos sobre as principais dificuldades que eles pretendem eliminar ao cursarem um curso profissionalizante de Informática. Todos os alunos afirmaram que pretendem superar dificuldades em relação à programas, construir planilhas e formatar documentos. Além disso, todos afirmaram que o curso ao qual estão cursando possibilitará o desenvolvimento de habilidades na digitação e manuseio de programas.

Com base na análise realizada, conclui-se que a busca por melhores empregos, e por consequência a pretensão salarial, são os fatores que mais influenciam os alunos que cursam um curso profissionalizante em Informática. E devido a isso, os alunos estão motivados e sem a ideia de desistência deste tipo de curso, visto que ele possibilitará além da possibilidade de melhores oportunidades de emprego, o desenvolvimento de habilidades na área da Informática tal importantes para o desenvolvimento profissional, social e educacional.

Por fim, recomenda-se que sejam feitas mais análises, de forma mais abrangente e com um número maior de amostragem de alunos e de escolhas profissionalizantes para que se possa entender em uma maior dimensão, o que motiva a escolha por cursos profissionalizantes, sejam cursos na área de Informática, sejam cursos de outras áreas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A,L; SHIROMA, E, O; COAN, M. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: SUCESSIVAS REFORMAS PARA ATENDEM A QUEM? In: B. Tec. SENAC: a Revista Educação Profissional. Rio de Janeiro, v. 38, nº2, maio/agosto 2012. Disponível em: <http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf>>. Acesso em 01. Mar. 2017.

BARRADAS, Anésia Maria da Silva. "**Fábrica PIPMO**": **Uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82**. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas — Instituto de Estudos Avançados em Educação/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1986.

BRASIL. MEC, PORTAL. **CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. Brasília, s. d. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 01. Mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto - Lei 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997. Disponível em:

\_\_\_\_\_. **Decreto – Lei 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. I. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. Disponível em:

\_\_\_\_\_. **Lei 5.682, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino do 1º e 2º graus. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm) Acesso em: 25. Jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso em: 15. Abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) Acesso em: 05. Mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 29. Mar. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **SENAI é referência mundial em educação profissional**. São Paulo, 05 de abril 2013. Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/04/1,12162/senai-e-referenciamundial-em-educacao-profissional.html>>. Acesso em: 06. Mar. 2017.

CARNEIRO, M, A. **LDB fácil: leitura crítico – compreensiva: artigo a artigo**. 8 ed, Petrópolis, RJ, 2002.

CUNHA, Luiz A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.

FERREIRA, A, L, M; TEOTONIO, L de B, C; BARBOSA, S, K C. **AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**. In: Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits. Maceió. v. 1. n.2. p. 37-45. maio 2013.

FERREIRA, N, V, C; SCHENKEL, C, A. **Educação Profissional no Contexto da Modernidade**. In: Anais do II SENEP – Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnologia. 2010. Disponível em: [http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2010/Artigos/GT4/A\\_EDUCACAO\\_PROFISIONAL.pdf](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/A_EDUCACAO_PROFISIONAL.pdf) Acesso em: 03. Mai. 2017.

FRIGOTTO; CIAVATTA (Orgs.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**, 2004.

FAUSTO, Ayrton, GARCIA; ACKERMANN, Werner (Org.). **Planejando com foco na demanda do mercado de trabalho: apoio à elaboração dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional – PEQs (1999-2002)**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 1-11.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GATTI JR., D.; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.) **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GIAMOGESCHI, C, L. **O capitalismo e a expansão do ensino no Brasil**. In: Educação In Foco. Revistas Eletrônicas Unisepe. Amaro: São Paulo, Ano I, Número I, 2009. Disponível em: <http://www.unifia.edu.br/projetorevista/edicoesanteriores/agosto09/artigos/educacao/capitalismo.pdf> Acesso em: 05. Mai. 2017.

GANDIN, Danili; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto políticopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓMEZ, A. I. Pérez. **As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência**. In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HOLANDA, Francisca Helena; FRERES, Helena; GONÇALVES, Laurinete Paiva. **A Pedagogia das Competências e a Formação de Professores: Breves Considerações Críticas**. Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, Número 1 Janeiro, 2009.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. Ed. Revista e Ampliada, Ijuí Ed. Unijuí, 2007.

LUKÁCS, G. **Democracia Burguesa, Democracia Socialista e outras questões**. Nova Escrita/Ensaio, São Paulo: Escrita, ano IV, nº 8, 1981.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e Divisão Social do Trabalho: Contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MELLO, C, D de; TURMENA, L. **Mudanças no mundo do trabalho a partir da década de 1990 no Brasil e a pedagogia das competências**. In: Anais do X Congresso Nacional de Educação / I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Curitiba, Paraná, 2011. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4421\\_2388.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4421_2388.pdf) Acesso em: 28. Abr. 2017.

NEVES, Lucia Maria; FERNANDES, Romildo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lucia Maria. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p. 21-40.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Sobre diferenças individuais e diferenças culturais: o lugar da abordagem histórico-cultural**. In: AQUINO, J. G. (org.) Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus. 1997.

OLIVEIRA, R; OLIVEIRA M de; MAIO, E, R. **EDUCAÇÃO ESCOLAR: uma necessidade a partir das mudanças nas relações de trabalho**. In: XI HISTEDBR, 2013. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/480SimoneValdetedosSantos.pdf> Acesso em: 29. Abri. 2017

PAULI, R C de; Nakabashi, L; SAMPAIO, A V. **Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil**. Rev. Econ. Polit. vol.32 n.3 São Paulo July/Sept. 2012.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

PILETTI, Nelson. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Educação Profissional pela Pedagogia das Competências e a superfície dos documentos oficiais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 401-422. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 29. Abr. 2017.

REGATTIERI, M; CASTRO, J M. **ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: desafios da integração.** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001923/192356por.pdf> Acesso em: 05. Mai. 2017.

RODRIGUES, José. **FORMAR HOMENS QUE O BRASIL NECESSITA, EIS A TAREFA DA EDUCAÇÃO: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas.** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.26, p.160 –182 jun. 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/26/art10\\_26.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/26/art10_26.pdf)>. Aceso em: 02. Mar. 2017.

RIBEIRO, P, R, M. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paidéia. n.4 Ribeirão Preto; Feb./July 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003) Acesso em: 15. Mar. 2017

SAVIANI, Demerval. **O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.** In: C. J. Ferretti, D. M. L. Zibas, F. R. Madeira, & M. L. P. B. Franco(Orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar* (p. 151-68). Petrópolis: Vozes. 1994.

\_\_\_\_\_. et al., **O legado educacional do século XX.** Campinas: Autores associados, 2004.

SCARPARI, D de O. **A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: O Ensino Médio deve formar para a vida ou para o mercado de trabalho?.** Monografia apresentada à Diretoria de PósGraduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para a obtenção do título de especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. 2003, 53f. Disponível em: <http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000025/0000253D.pdf> Acesso em: 03. Mai. 2017.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip.; MEYER, Henry. **Análise da pesquisa social.** Rio de Janeiro: LIVRARIA FRANCISCO ALVES EDITORA, 1981.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS QUE CURSAM O CURSO PROFISISONALIZANTE DE INFORMÁTICA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NORMAL GAMA E MELO**

Este questionário faz parte de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna Domênica Medeiros do Nascimento, aluna do curso de licenciatura em Ciência da Computação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus VII, orientada pelo professor Jorge Miguel Lima Oliveira. Este questionário tem o objetivo de coletar informações relevantes para a compreensão do motivo da busca do aluno pelo curso de profissionalização em informática, sob o propósito de elucidar quais as perspectivas do aluno ao escolher este curso quanto à sua transformação política, social e econômica.

01. Indique sua faixa etária.

- Entre 15 e 18 anos
- Entre 18 e 21 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Mais de 25 anos

02. Indique sua renda familiar.

- Até um salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Mais de três salários mínimos

03. Como você realizou seus estudos de Ensino Fundamental?

- Todos em escola pública
- Todo em escola particular
- Maior parte em escola pública
- Maior parte em escola particular

04. Você já trabalhou em alguma atividade profissional?

- Sim
- Não      Caso a resposta seja sim, qual foi? \_\_\_\_\_

05. Você já fez outro(s) curso(s) antes deste?

- Sim
- Não      Caso a resposta seja sim, qual (is) \_\_\_\_\_

06. Indique qual(ais) o(s) motivo(s) que levou(aram) você a escolher curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio.

*Você pode marcar mais de uma opção.*

- Sugestão dos pais e/ou de amigos e parentes próximos
- Orientação vocacional e identificação com a área tecnológica
- Amplo campo de atuação e expectativa de um bom salário
- Aprimoramento dos conhecimentos na área tecnológica para o atual emprego
- Outros: \_\_\_\_\_

07. Atualmente, qual o seu nível de motivação ao cursar o curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio?

- Totalmente Desmotivado (a)
- Desmotivado (a)
- Neutro
- Motivado (a)
- Totalmente Motivado (a)

08. Você pensou em desistir do curso profissionalizante de Informática na modalidade integrado ao ensino médio?

- Sim
- Não      Caso a resposta seja sim, porquê? \_\_\_\_\_

09. Você considera que o curso profissionalizante de Informática, na modalidade integrado ao ensino médio, possibilita um conhecimento teórico – prático que o auxiliará no seu desenvolvimento profissional futuro?

- Sim
- Não

10. Quais você acredita que sejam as principais contribuições do ensino técnico para a sua formação profissional?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. Quais são suas principais expectativas com a realização deste Curso?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Qual Curso de Graduação pretende fazer se tiver a oportunidade?

\_\_\_\_\_

13. Quais são as principais dificuldades que você tem para o trabalho na área deste Curso e que você espera que o curso ajude a superá-las?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Quais as principais habilidades que vocês desenvolveu ao longo do curso?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_